

Introdução

Na apresentação oficial da REALIS divulgada no site está escrito que esta revista objetiva divulgar ideias que reflitam as articulações de dois importantes movimentos teóricos: um deles, o Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.) que edita na França a Revue du MAUSS; o outro, os estudos pós-coloniais e descoloniais “que se afirmam nos rastros das resistências culturais dos povos não europeus e dos deslocamentos de olhares e de sentidos sobre a modernidade ocidental desde as perspectivas não européias”. Na explicitação do que seja a crítica antiutilitarista o editorial salienta que ela “busca demonstrar ser uma ficção toda tentativa de reduzir a complexidade da modernidade a uma determinação econômica, sendo necessário que as ciências sociais se abram à compreensão da multideterminação causal e expressiva da prática humana”. E no interior da crítica antiutilitarista é lembrado “um realce particular para os estudos sobre a Dádiva que permitem valorizar o caráter plurimotivacional, simbólico e ritualístico da ação social e a circulação dos bens coletivos bem como denunciar os perigos das teses reducionistas com aquelas mercadológicas que embasam a doutrina neoliberal”.

Nos seus quatro primeiros números a REALIS tem dado destaque à crítica pós-colonial sem perder de vista a crítica anti-utilitarista, pois uma enriquece a outra. Porém, faltava a organização de um número especial sobre a dádiva que, como os leitores vão perceber, permite aprofundar o entendimento do diálogo entre a crítica teórica no Norte Global e aquela que se desenrola no Sul Global.

O presente número intitulado “O Dom e a obrigação da generosidade mútua” reúne pois autores que vêm desenvolvendo estudos importantes sobre o tema do dom através de livros, artigos e teses em campos diversos como aqueles da teoria social, da antropologia simbólica, da sociologia da família e da saúde coletiva. São autores de diversas nacionalidades e formações variadas - alguns bem conhecidos do público interessado no tema -, que convergem para uma mesma direção: demonstrar a atualidade dos estudos sobre a dádiva para o avanço da crítica anti-utilitarista e pós-colonial no momento presente.

A publicação deste número se justifica de imediato por dois motivos. Primeiramente, temos que destacar que embora a obra de Marcel Mauss e seus estudos sobre o dom sejam amplamente reconhecidos, o fato é que os usos do dom como crítica social da realidade

contemporânea e do liberalismo ainda tem divulgação limitada nos centros de pesquisas e universidades. Do ponto de vista institucional o dom ainda não teve seu lugar reconhecido como sistema teórico privilegiado nos cursos de ciências humanas e sociais. Também na perspectiva geográfica sua divulgação é restrita, limitando-se ainda a redes de pesquisadores em países como Brasil, Argentina, Colômbia e alguns outros. De todo modo, na América Latina, o debate vem prosperando em diversas redes que aprofundam pesquisas em campos diversos como saúde, família, emoções, festas e cerimônias. Por isso, a divulgação deste número numa revista como a REALIS, que atinge público diferenciado de vários continentes, é oportuna para contribuir na divulgação dos estudos sobre o dom numa perspectiva mais focalizada na realidade contemporânea. Os textos do presente número refletem exatamente o valor contemporâneo desta crítica antiutilitarista.

A estrutura do número revela o valor da obrigação da generosidade mútua no mundo contemporâneo tanto do ponto de vista do avanço da crítica teórica como dos usos práticos do dom nas políticas públicas e na sociedade civil. No primeiro bloco intitulado **O dom e a racionalidade teórica** temos os artigos de dois grandes teóricos contemporâneos dos estudos sobre a dádiva, sendo um deles, Alain Caillé, um dos fundadores do Movimento MAUSS e diretor da Revista do MAUSS (Revue du Mauss) por muitos anos; o outro, David Graeber, antropólogo norte-americano e atual professor do Colégio Goldsmith da Universidade de Londres. O artigo de Caillé sobre “O dom entre interesse e desinteressamento” é muito esclarecedor para se entender a relação entre ação interessada e ação desinteressada. Durante muitos anos, os opositores utilitaristas do dom buscaram diminuir o valor da teoria afirmando que esta era uma teoria da generosidade desprendida e que por isso mesmo era um discurso ingênuo e de pouco uso na crítica social. Caillé foi um dos que se opuseram contra esta leitura enviesada do dom. Neste texto aqui divulgado ele deixa claro que o dom não se opõe ao interesse, mas que busca exatamente demonstrar que há interesse no dom. Acontece que este interesse não é somente um valor egoísta e autocentrado, pois além do interesse por mim há o interesse pelo outro. Além do mais, o interesse humano não é somente material e econômico, revelando-se em outras esferas como aquelas do poder. Assim, para demonstrar a atualidade do tema Caillé lembra que Mauss, em seu íntimo, “pensava nas instituições públicas, semipúblicas ou privadas, municipalidades, empresas, associações mutualistas, sindicatos, etc. como sendo objetos de regeneração pelo ressurgimento do dom”. D. Graeber, de seu lado,

oferece uma reflexão muito original e instigante sobre o comunismo em M. Mauss no texto “O cumunismo de Marcel Mauss”, tanto oferecendo questionamentos antropológicos inovadores sobre o tema da alienação como sobre aquele do socialismo. Para ele, Mauss complementa Marx pelo lado contrário, por representar o outro lado do socialismo, Para Mauss, a dádiva já estava presente antes do capitalismo, e a crítica deste deveria passar pelo entendimento da atualidade da dádiva para se fazer a crítica moral mais próxima do estilo cooperativista proudhoniano, liberando um entendimento não capitalista da sociedade contemporânea.

No segundo bloco intitulado **O dom e a crítica pós-colonial** os autores Paulo Henrique Martins e Eric Sabourin procuram explorar o tema a partir dos significados que tem a dádiva em culturas não europeias e a partir das contribuições anti-utilitaristas e pós-coloniais. Nesta direção, Martins no artigo “O Ensaio sobre o Dom de Marcel Mauss: um texto pioneiro da crítica decolonial” busca demonstrar ser Mauss um pioneiro da crítica decolonial na medida em que ele foi buscar não na Europa, mas nas sociedades não europeias a existência do dom. A própria estrutura do clássico *Ensaio sobre o dom*, de 1924, revela este aspecto ao observarmos que o autor faz um périplo pelas sociedades tradicionais para demonstrar haver na história do homem várias modalidades de dádiva (kula, na Oceania, potlatch, na América do Norte, ou esmola na África entre outros) antes de avançar, na parte final do livro, numa crítica contundente ao utilitarismo mercantil ocidental. E Mauss conclui sua crítica lembrando que o dom continua da maior atualidade não apenas pelo seu valor antiutilitarista mas para se pensar a vida e a política. O outro autor, Eric Sabourin, é um grande estudioso do mundo rural e das comunidades camponesas na Europa e na América Latina. Neste texto com título “Enfoques anti-utilitaristas e pós-coloniais aplicados a economias e sociedades camponesas”, o autor busca, mediante a leitura do dom fundada na reciprocidade, demonstrar que as comunidades camponesas adotam outras concepções de valor que não se reduzem àquela mercantil. Para fazer sua demonstração o autor se apoia em três propostas teóricas diferentes, mas que compartilham olhar “recíproco” sobre a realidade camponesa a partir de temas como ética, afeição, autonomia e resistência, a saber, a *Economia moral* de Scott, de 1976, a *Economia da Afeição* de Hyden, de 1980 e o *principio camponês* de Ploeg, de 2008.

O terceiro bloco deste número da REALIS se intitula **O dom e o universo simbólico** contribuições de Roberta Bivar Carneiro Campos e Amurabi Oliveira que oferecem textos originais sobre o tema da religião e da religiosidade. Este é um campo que se presta, aliás, para usos extraordinários da teoria do dom ao salientar a força simbólica dos sistemas de prestações e contra-prestações. Roberta Campos no seu “A gratuidade obrigatória: caridade como sacrifício e mimesis do Deus. Algumas implicações teóricas” percorre a literatura antropológica tradicional sobre dádiva e reciprocidade para explicar a incompreensão da caridade e do altruísmo no debate teórico. Explica ela que a ênfase excessiva prestada por Lévi-Strauss a troca colaborou para minimizar a importância do dom para outras dimensões da vida social. Para superar esta “incompreensão” Campos sugere um maior entendimento do fenômeno da *caridade* pois ele oferece a oportunidade para pensarmos o papel de certas noções e sentimentos morais tais como generosidade e solidariedade – como opostos à rivalidade e à troca – na constituição do tecido social. Por sua vez, Amurabi Oliveira no artigo “A dinâmica da dádiva no universo religioso do Vale do Amanhecer” procura discutir as múltiplas dimensões da dádiva vivenciada nas práticas religiosas do Vale do Amanhecer, que é um movimento místico-esotérico fundado no final dos anos 60 no Distrito Federal do Brasil, Brasília, por “Tia Neiva”. No seu texto, Oliveira destaca a dádiva existente entre os adeptos e as entidades espirituais, bem como entre eles mesmos. Nesta análise ele objetiva busca compreender o sentido social que a dádiva ocupa neste grupo religioso partindo das contribuições tanto de autores que discutem o dom quanto daqueles que pensam a dinâmica simbólica do social, em especial Bourdieu, que é um dos importantes intérpretes contemporâneos dos estudos maussianos.

O quarto bloco chamado **O dom e o sistema familiar** reúne artigos de Silvia Portugal e Joana Pimentel. O tema da família é mais um em que o debate sobre a dádiva se revela muito profícuo, talvez mesmo pelo fato de a instituição familiar constituir uma trama extremamente complexa de obrigações mútuas e de produção de generosidades. Silvia Portugal no texto “A alquimia do parentesco. Para uma relação da relação entre dádiva e família” avança numa discussão que ela mesma já vem realizando há anos com muita competência sobre as redes familiares. Diz ela que a emergência do individualismo contemporâneo não implicou na superação dos vínculos coletivos e que o dom tem grande vitalidade e importância na manutenção de laços de parentesco, sobretudo em contextos em

que a ação estatal não se mostra providencial. Suas reflexões se apoiam em pesquisa empírica de caráter qualitativo sobre o papel dos laços sociais na provisão do bem-estar. Seguindo uma reflexão paralela e que dialoga com a de Silvia Portugal, Joana Pimentel Alves busca aprofundar o entendimento do cuidado a partir do paradigma da dádiva. Ela se propõe a demonstrar como diz claramente “a fragilidade do Estado Social só explica parte da questão, e que as motivações para se cuidar são muito mais complexas. A importância simbólica que a relação de cuidado tem na vida de quem cuida e a retribuição afetiva que essa relação oferece, mostram como as relações de cuidado são legíveis sobretudo a nível simbólico”.

Finalmente no quinto bloco sobre **O dom e a prática social** encerramos as reflexões deste número com dois textos, um de autoria de Alda Lacerda e Paulo Henrique Martins sobre “O dom e a prática social” e outro de Edinéa Alcântara e Luis de La Mora sobre “Dádiva e solidariedade na base da emergência da liderança nas comunidades populares”. O texto de autoria de Lacerda e Martins reflete um importante debate que vem sendo travado na Saúde Coletiva, no Brasil, sobre a relação entre agentes comunitários e usuários no sistema de saúde pública no Brasil denominado de SUS (Sistema único de Saúde). Assim, este artigo aborda as interfaces entre as teorias da dádiva ou dom e do reconhecimento social, e tem como objetivo analisar a circulação de dádiva no cotidiano de trabalho em saúde, mais especificamente o dom do reconhecimento na prática dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). A pesquisa empírica foi desenvolvida de 2008 a 2010 na região de Manguinhos -RJ/Brasil, por meio da observação participante, entrevistas e grupos focais com quinze ACS que residem e atuam nas comunidades locais. Os resultados revelam o reconhecimento do amor, do direito e da solidariedade como um dom circulante nas interações do ACS com os usuários e demais trabalhadores da saúde, principalmente quando as ações de cuidado são realizadas nos espaços comunitários, fortalecendo os vínculos e favorecendo a inclusão dos atores em redes de apoio social. O outro texto, de Alcântara e La Mora, pesquisadores que têm experiências empíricas sobre a habitação popular na cidade do Recife, consiste em reflexões importantes sobre as várias modalidades de circulação da dádiva entre líderes comunitários. O artigo ressalta o papel e a forma de as lideranças atuarem nas comunidades como representantes e mediadores dos pleitos dos moradores para consecução das melhorias para o local ou como facilitadores e promotores de ações de solidariedade no cotidiano e em situações emergenciais. Os líderes fundamentam seu poder na solidariedade gerada pela dádiva quando o poder e o respeito

REALIS

Revista de Estudos
AntiUtilitaristas e PosColoniais

Vol.3, nº 01, Jan-Jun 2013 www.revista-realis.org ISSN 2179-7501

ficam associados ao montante de doação realizado. A pesquisa empírica se baseou em 95 entrevistas realizadas em seis bairros da cidade do Recife.

Esperamos, finalmente, que este número da REALIS contribua para avançar o debate acadêmico na articulação das críticas pós-coloniais e anti-utilitaristas. Pois este diálogo demonstra ser indispensável para a constituição de um saber emergente capaz de revelar com clareza e simplicidade que toda tentativa de fundar a vida social somente na dinâmica da mercadoria produz necessariamente mal-estar e desorganização social. O dom na sua aparente simplicidade, ao contrário, revela que a vida social é muito complexa e que necessita para garantir sua estabilidade de um sistema de obrigações e de generosidade mútua que motive as pessoas a se solidarizarem por interesse de sobrevivência, sem dúvidas, mas igualmente pelo interesse de viver com alegria, solidariedade e amizade. E para concluir esta apresentação é relevante lembrar que o Ensaio sobre o dom começou a ser escrito e divulgado em 1923 ainda que a versão final apenas tenha sido liberada em 1925. Ou seja, entre 1923 e 1924 começam a ser publicados os artigos que dão origem à obra no *Année Sociologique*. Podemos então dizer que este número constitui um momento importante nas comemorações dos 90 anos desse trabalho clássico.

Recife, agosto de 2013

Paulo Henrique Martins